



LITORAL SUSTENTÁVEL

DESENVOLVIMENTO COM INCLUSÃO SOCIAL



DIAGNÓSTICO URBANO SOCIOAMBIENTAL E PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM MUNICÍPIOS DA BAIXADA SANTISTA E LITORAL NORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

Boletim nº 1

| | |
|---|---|
| O que é o Projeto Litoral Sustentável | 2 |
| Leitura Urbanística e Socioambiental | 3 |
| Leitura Comunitária | 4 |
| Leitura Jurídica | 6 |
| Soluções Coletivas para o Desenvolvimento Sustentável | 7 |
| O Instituto Pólis; Equipe Litoral Sustentável | 8 |

REALIZAÇÃO



CONVÊNIO



O QUE É O PROJETO LITORAL SUSTENTÁVEL

O projeto **Litoral Sustentável – Desenvolvimento com Inclusão Social** é uma proposta do Instituto Pólis apresentada à Petrobras que tem por objetivo produzir um diagnóstico urbano socioambiental participativo em municípios da Baixada Santista e do Litoral Norte de São Paulo, os quais servirão de base para a elaboração de um programa de desenvolvimento sustentável para cada município e um programa integrado para a região.

O processo de diagnóstico fará o mapeamento das diferentes demandas sociais e dos problemas a serem enfrentados, bem como dos recursos e caminhos possíveis para superá-los em cada município – Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião, Ilhabela, Bertioga, Guarujá, Santos, São Vicente, Cubatão, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe. Os programas contribuirão para o planejamento integrado das políticas públicas com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida de toda a população de forma equilibrada com o meio ambiente.

O momento

O litoral paulista tem experimentado grandes transformações nas últimas décadas, com processos de urbanização muitas vezes desordenados, com forte impacto na vida de quem mora, trabalha e frequenta a região. Agora, um novo processo de transformação está sendo impulsionado pelos projetos em curso na região, como a exploração do pré-sal.

Esse é o momento de pensar e planejar o futuro, de avaliar os impactos socioambientais dos grandes empreendimentos em curso na região, procurar formas de usá-los para impulsionar o desenvolvimento sustentável local e regional e também de conter ou mitigar seus efeitos negativos. Também é o momento de somar as iniciativas que vem sendo realizadas pela sociedade e administrações públicas no sentido de avaliar o presente e buscar cidades mais justas, mais bonitas e mais saudáveis.



Metodologia

Os diagnósticos locais e regional que estão sendo realizados têm três componentes centrais: uma leitura técnica urbanística e socioambiental da realidade; uma leitura jurídica da gestão e ordenamento do território, bem como das políticas públicas, e uma leitura comunitária, envolvendo a análise das relações institucionais, da participação das organizações da sociedade civil nos órgãos públicos, e uma escuta à sociedade por diversos meios (*leia mais sobre a metodologia nas páginas a seguir*).

A participação da sociedade civil é fundamental no projeto Litoral Sustentável, tanto para a realização do diagnóstico da situação atual quanto para a formação dos programas de desenvolvimento. Para isso, estão sendo realizadas oficinas de escuta comunitária e planejados vários encontros com a comunidade e o poder público local (*leia a Agenda do Processo Participativo* pág. 5).



Praia da Enseada, em Caraguatatuba: adensamento urbano na orla

METODOLOGIA

A LEITURA URBANÍSTICA E SOCIOAMBIENTAL

A leitura urbanística e socioambiental trata da ocupação do território. Analisa as diversas tendências, as condições e os processos que compõem esta realidade complexa que são as atividades de produção de espaços urbanos, olhando isso de forma articulada com o meio ambiente e também com o modo de vida de seus ocupantes.

Seu objetivo é compreender a dinâmica de uma cidade ou localidade em sua complexidade. Isso envolve desde uma leitura histórica do processo de ocupação do território até a análise das necessidades habitacionais atuais, das demandas por serviços, equipamentos e infraestrutura urbana e regional.

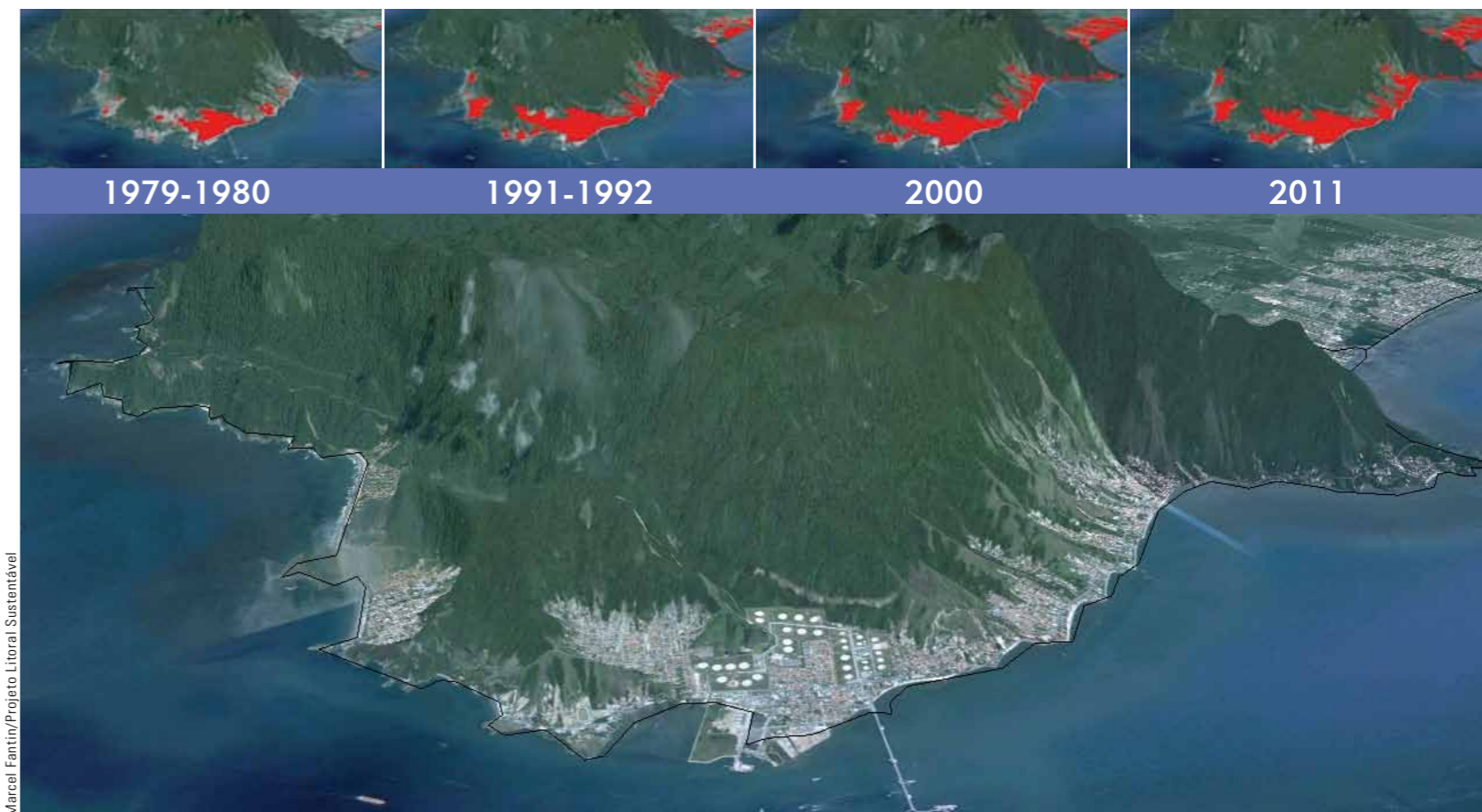
Faz parte da leitura urbanística a análise da distribuição espacial dos diferentes grupos sociais, seu acesso aos serviços disponíveis, o levantamento e a análise dos pontos críticos relacionados com as áreas de interesse ambiental protegidas. Soma-se a isso a análise de recursos naturais, das potencialidades comerciais e a estimativa de área desocupadas e com potencial para expansão urbana.



Com esses dados em mãos é possível construir uma crítica sobre a adequação ou não de obras de infraestrutura, sobre como direcionar investimentos em grandes equipamentos que podem prejudicar ou desenvolver uma localidade, ou mesmo proteger recursos naturais para gerações futuras, propondo um uso adequado.

No contexto do litoral paulista é preciso considerar a existência da Mata Atlântica, bioma protegido que percorre todos os municípios estudados (e conhecer todo o arcabouço legal e gestor que a protege). É preciso ter presente o papel das atividades voltadas para o mar, que vão desde a pesca artesanal, as atividades portuárias e a exploração turística, que dão uma dinâmica própria para as atividades do mercado regional, bem como o processo de ocupação particular de cada município, com suas leis específicas.

Esta visão mais abrangente fornece uma fotografia do cotidiano dos moradores que é essencial para realizar um plano de longo prazo para a região. Permite definir ações para o atendimento de necessidades sociais em áreas urbanas em relação à habitação, saneamento básico, transporte coletivo, segurança alimentar e nutricional, entre outros, bem como o impacto da instalação de grandes equipamentos sobre aquelas necessidades sociais já existentes na região.



São Sebastião, costa norte, evolução da mancha urbana

A LEITURA COMUNITÁRIA

O projeto *Litoral Sustentável – Desenvolvimento com Inclusão Social* tem como um de seus desafios realizar um diagnóstico social participativo e elaborar programas de desenvolvimento sustentáveis municipais e regional, identificando e mobilizando setores estratégicos da sociedade em sua construção coletiva.

Para isso estamos realizando um processo de escuta comunitária, registrando o ponto de vista dos diversos setores, tanto populares quanto empresariais, em busca de interesses comuns, apontando as contradições e os dissensos.

O processo de diagnóstico procura incorporar a pluralidade de contribuições já desenvolvidas anteriormente nos municípios e entender os territórios, suas comunidades e instituições como resultados da ação de forças políticas, econômicas, sociais e culturais.

A metodologia utilizada baseia-se em dois eixos: a construção de um mapeamento das relações sociopolíticas e a leitura comunitária. Realizamos em cada município o mapeamento das organizações da sociedade civil e da sua participação em espaços institucionais de controle social e gestão de políticas públicas. Assim, construímos um quadro geral das organizações sociais, como ONGs, movimentos, sindicatos, fóruns locais, conselhos de políticas públicas, associações e entidades de classe, Agenda 21, populações tradicionais – quilombolas, indígenas e caiçaras –, comitês de bacias hidrográficas, entre outros.



Lixo trazido pelo mar expõe problemas de saneamento e limpeza urbana

Zé Zuppani/Pulsar Imagens

Escuta da comunidade

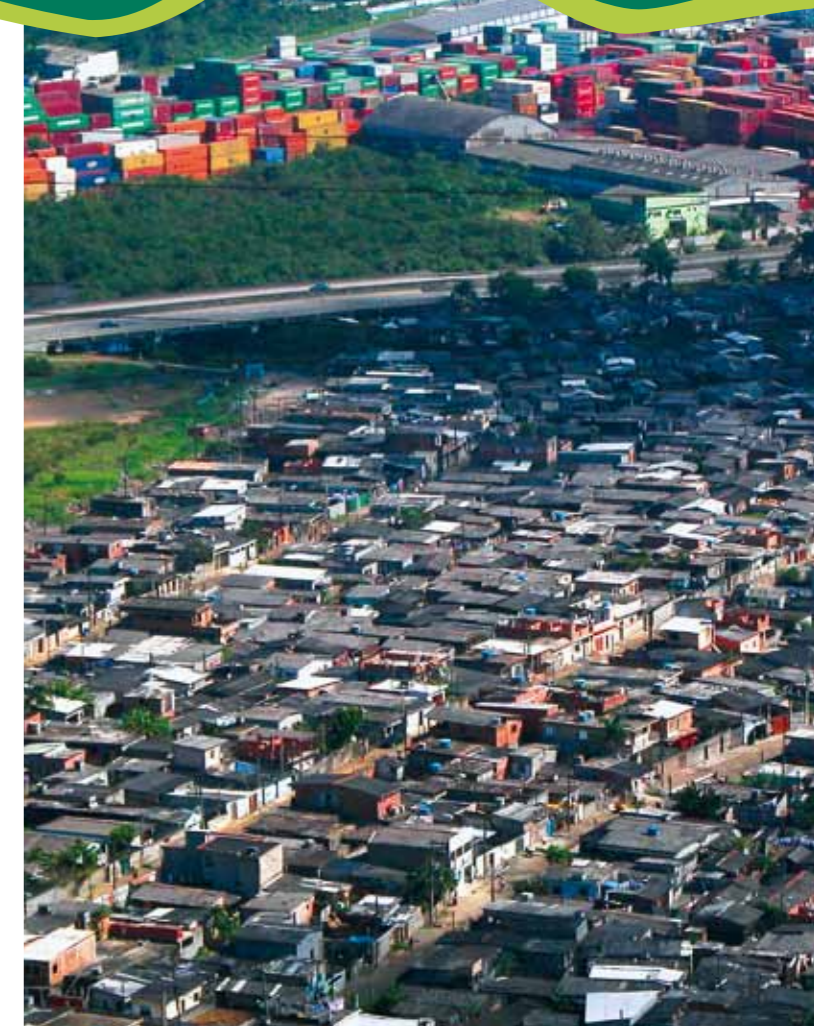
A interlocução com as organizações é feita por meio de visitas, reuniões e entrevistas com lideranças. Um momento importante dessa interlocução é a realização das oficinas públicas em cada município, abertas à participação das lideranças e de qualquer cidadão interessado.

Nas oficinas é possível aprofundar a discussão sobre as fragilidades e potencialidades do município e questões importantes para alavancar o processo de desenvolvimento sustentável na visão de seus moradores. Entre março e abril foram realizadas as oficinas dos municípios do Litoral Norte e, até julho, serão realizadas as dos municípios da Baixada Santista.

Somando-se a essa interlocução, foi realizada uma pesquisa qualitativa junto a moradores, investigando suas opiniões e percepções sobre o município em que vivem, as possibilidades e expectativas de desenvolvimento. Essas informações e as levantadas no mapeamento e diálogo dos grupos organizados contribuem para que o diagnóstico expresse a gama de interesses e posicionamentos existentes nas sociedades locais.

A pesquisa de opinião foi realizada nos 13 municípios, com grupos de pessoas entre 25 e 50 anos dos segmentos socioeconômicos C e D. Foram realizados 28 grupos, dois em cada município; em Santos, em razão do seu perfil sociodemográfico, foram dois grupos adicionais de moradores de classe A e B.

Esse três momentos participativos – interlocução sociedade civil, oficinas públicas e pesquisa de opinião – compõem a Leitura Comunitária, um levantamento de demandas e visões da população sobre a realidade local e suas perspectivas futuras, que será incorporada ao diagnóstico e à construção dos programas de desenvolvimento.



Favela no bairro de Vicente de Carvalho, no Guarujá, em 2003

Marcio Lourenço/Pulsar Imagens

Agenda do processo participativo

Na segunda etapa do projeto, a de elaboração dos programas municipais e regional de desenvolvimento sustentável, a participação dos órgãos públicos será ampliada, de modo a propiciar o debate sobre os arranjos institucionais de gestão, indispensáveis para a implementação dos programas.

- Oficinas de apresentação dos diagnósticos municipais com a sociedade civil e o poder público – junho e julho de 2012.
- Encontro para apresentação do diagnóstico regional com a sociedade civil e poder público – 2º semestre 2012.
- Seminários temáticos com poder público, sociedade civil organizada e especialistas – 2º semestre 2012.
- Consultas públicas por município com poder público, sociedade civil – 2013
- Audiências públicas municipais para debater versão preliminar do Programa de Desenvolvimento Sustentável Local com o poder público, a sociedade civil – 2013.



Debate com o Fórum da Agenda 21 do Guarujá (11/6, à esquerda); oficinas de escuta comunitária em Ilhabela (28/3) e em Caraguatatuba (18/04)



Arquivo Pólis



Arquivo Pólis

A LEITURA JURÍDICA

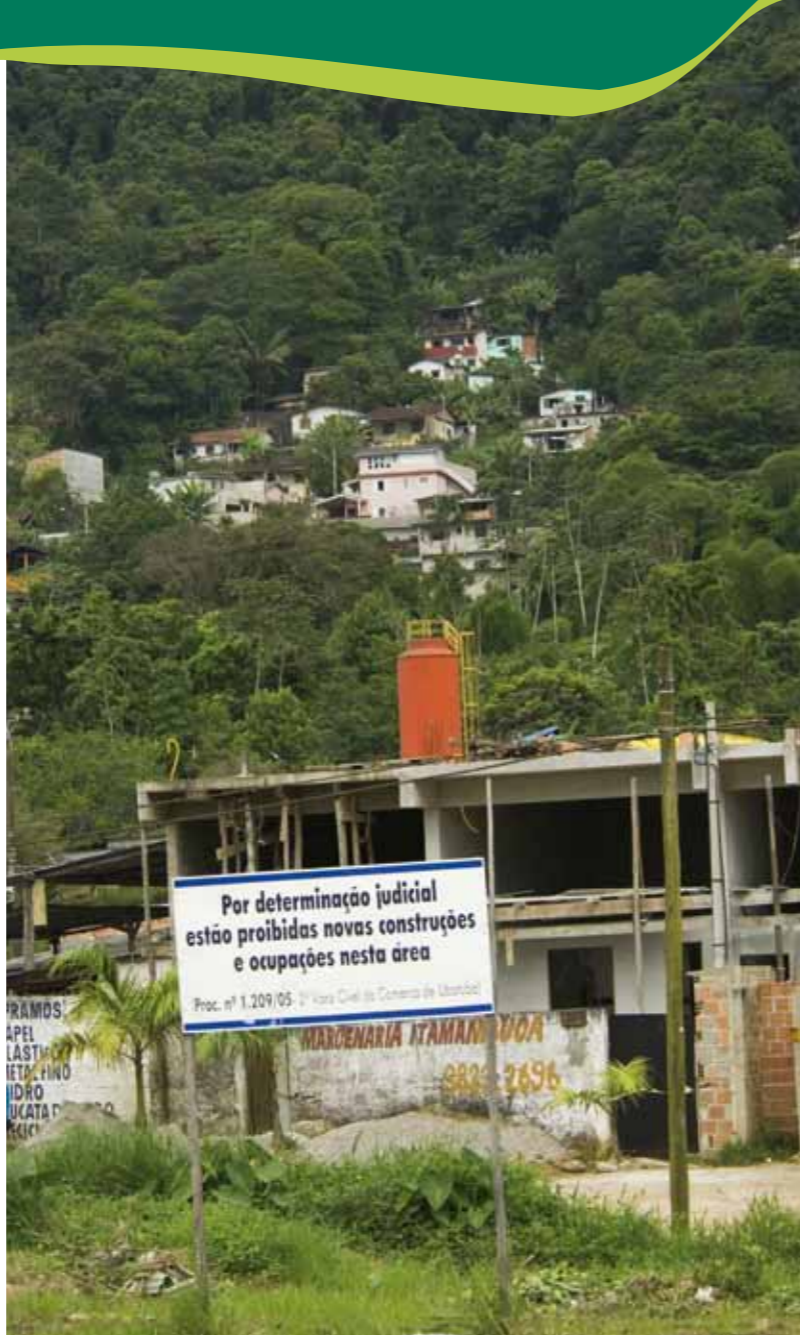
O objetivo da leitura jurídica é entender como cada município regula suas políticas públicas e como as normas federais e estaduais se refletem no âmbito municipal e regional.

A Constituição Federal determinou várias obrigações e deveres aos municípios, que devem ser cumpridos pelo Poder Executivo (Prefeitura) e pelo Poder Legislativo (Câmara de Vereadores). Essas obrigações e deveres se tornam reais de duas formas: por meio de leis e de decretos municipais e por meio de projetos e planos municipais.

Além da Constituição Federal, existem muitas outras leis federais e estaduais que determinam regras que devem ser observadas pelos municípios. O Estatuto da Cidade (Lei Federal n. 10.257/2001), por exemplo, indica medidas e instrumentos jurídicos que devem ser utilizados para regular a política urbana – como o Plano Diretor –, visando a assegurar o desenvolvimento local de forma adequada e organizada. Já a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro determina as diretrizes de uso e ocupação para toda a zona costeira do Estado.

Assim, é obrigação do poder público municipal cuidar do meio ambiente no seu território, garantir moradia digna aos habitantes do município, providenciar infraestrutura básica (esgoto, água, iluminação pública, pavimentação), assegurar transporte público, entre outros deveres. Cabe também ao município cuidar do uso e ocupação do seu território, por meio de leis que regulem a forma e os limites para utilização das suas diferentes regiões.

Todavia, algumas dessas ações dependem, por exemplo, de recursos financeiros de programas federais e estaduais e, muitas vezes, para ter acesso a esses recursos, o município precisa atualizar sua legislação, a fim de atender uma série de condições que a lei federal impõe. Da mesma forma, em alguns casos, para implementar os instrumentos jurídicos indicados pelo Estatuto da Cidade ou adotar normas federais ou estaduais relacionadas ao meio ambiente ou gerenciamento costeiro, o município também deve revisar sua legislação.



Ubatuba: a ocupação e uso do solo obedecem às leis municipais e, muitas vezes, estaduais e federais

A leitura jurídica em um diagnóstico municipal procura analisar e verificar como a legislação municipal está regulando suas políticas públicas no território; se estas leis e decretos estão de acordo com a legislação federal e estadual mais recente (ou seja, se as leis estão atualizadas), e como essas leis podem ser melhoradas. No diagnóstico regional, são analisados os aspectos jurídicos que são comuns aos municípios, como os relacionados com as políticas nacional e estadual de gerenciamento costeiro, com o meio ambiente e com a gestão metropolitana, (regiões metropolitanas da Baixada Santista e Litoral Norte), entre outros.

Para realizar este trabalho é preciso conhecer e analisar a legislação municipal, federal e estadual do ponto de vista técnico e atingir duas metas: descrever a situação jurídica e apontar para possibilidades de aperfeiçoamento. É isso que o diagnóstico do projeto *Litoral Sustentável – Desenvolvimento com Inclusão Social* está fazendo.

SOLUÇÕES COLETIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Seminário de apresentação do projeto Litoral Sustentável, em Santos, com a presença de representantes do poder público e de organizações da sociedade

O projeto *Litoral Sustentável – Desenvolvimento com Inclusão Social* é uma iniciativa do Instituto Pólis, tendo em vista os grandes empreendimentos planejados ou em andamento na região, com poder de atrair investimentos, pessoas, indústrias e serviços, e, por isso, de forte impacto sobre a sociedade e economias locais. O diagnóstico urbano e socioambiental participativo que está sendo realizado aponta os desafios postos para a região, bem como os recursos disponíveis e potenciais. Ele servirá de base para a construção de um programa de desenvolvimento sustentável que contribua para articular a atuação dos governos municipais, estadual e federal no litoral.

Os atores e os recursos

Os municípios são os principais responsáveis pelas políticas públicas locais e, portanto, um dos focos deste projeto. Já o governo estadual é responsável por serviços estratégicos para a população, como educação, saúde, segurança, infraestrutura de saneamento, bem como por soluções integradas de transporte nas áreas metropolitanas e também regionalmente. O governo federal se faz presente seja por meio de políticas públicas nas áreas de habitação, saneamento, mobilidade e outras voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população, seja através de grandes projetos e investimentos, como a exploração de petróleo e gás natural.



Santos, o maior centro urbano do litoral paulista

Articulação de políticas e de iniciativas

O Instituto Pólis, com esta iniciativa, pretende contribuir para integração dessas políticas para o litoral. Nossa metodologia participativa procura ouvir as demandas e interesses da população que vive na região, fortalecer a rede de organizações da sociedade civil e contribuir para a construção coletiva de programas de desenvolvimento municipais e regionais. Para isso, propomos a articulação de todos esses atores e os investimentos que já estão previstos, tanto os governamentais, quanto os recursos que virão da exploração do pré-sal nos próximos anos.

O papel do Instituto Pólis é trazer para o debate o diagnóstico desses municípios, em relação aos vários temas inerentes ao desenvolvimento sustentável, como propiciar a interligação das políticas públicas existentes em âmbito nacional e estadual para a região (*leia mais sobre o Instituto Pólis na pág. 8*)



O Instituto Pólis

O Pólis – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais atua há 25 anos, em âmbito nacional, na formulação e implementação de políticas públicas que promovam inclusão social, em pesquisas que envolvem a análise, a difusão e o debate de questões sociais urbanas e ambientais, em experiências de gestão pública, bem como na formação e capacitação de lideranças da sociedade civil e integrantes de organismos públicos.

A cidadania é o eixo articulador de sua intervenção. Seu trabalho está voltado para a construção de novos paradigmas de cidade, orientados para a redistribuição da riqueza e da renda, a proteção dos direitos humanos e a criação de novos direitos, o fortalecimento de espaços para a participação cidadã e a governança democrática. Em suas atividades, o Pólis combate todas as formas de discriminação, de intolerância e de preconceito, promove a convivência e a cultura de paz; valoriza a diversidade e a liberdade de expressão; o equilíbrio e a integração com o meio ambiente.

Com sua experiência de participação em várias redes, conselhos e fóruns voltados para a construção de políticas públicas, o Instituto Pólis pode agir como facilitador do diálogo entre setor público e sociedade civil.

www.polis.org.br

Equipe Litoral Sustentável

COORDENAÇÃO

Coordenação geral do projeto Nelson Saule Júnior, advogado, doutor em Direito do Estado

Coordenação executiva Angela Amaral, arquiteta e urbanista, mestre em Estruturas Urbanas e Ambientais

Coordenadores Kazuo Nakano, arquiteto e urbanista, pós-graduado em Gestão Urbana e Ambiental, mestre em Arquitetura e Urbanismo, doutorando em Demografia | Guadalupe M. J. Abib de Almeida, advogada, mestre e doutoranda em Direito do Estado | Paula Lima, engenheira, doutora em Urbanismo | Luci Ayala, socióloga e jornalista, pós-graduada em Sociologia

Assistente da coordenação Stacy Torres, advogada, mestranda no Programa de Pós Graduação em Planejamento e Gestão do Território

EQUIPE TÉCNICA

LEITURA TÉCNICA URBANÍSTICA E SOCIOAMBIENTAL

Coordenador Kazuo Nakano, arquiteto e urbanista, pós-graduado em Gestão Urbana e Ambiental, mestre em Arquitetura e Urbanismo, doutorando em Demografia

Equipe Ana Cristina V. Vellardi, geógrafa | Filipe Maciel P. Barreto, estagiário em Arquitetura e Urbanismo | José Marques Carriço, arquiteto e urbanista, doutor em Planejamento Urbano e Regional | Natasha Mincoff Menegon, arquiteta e urbanista, mestre em Arquitetura e Urbanismo | Paula Aguina, arquiteta e urbanista | Rafael Ambrósio, arquiteto e urbanista, pós-graduado em Gestão da Terra e Regularização de Assentamentos Informais, mestrando em Arquitetura e Urbanismo

LEITURA JURÍDICA

Coordenadora Guadalupe M. J. Abib de Almeida, advogada, mestre e doutoranda em Direito do Estado

Equipe Helio Wicher Neto, advogado | Irene Maestro Sarrion dos Santos Guimarães, advogada | Mariana Levy Pisa, advogada e cientista social, mestre em Direito do Estado | Natalia Tsukamoto, estagiária de Direito | Raphael Bischof dos Santos, advogado, mestre em Urbanismo | Rodrigo Dantas Bastos, advogado e cientista social, mestre em Sociologia Urbana

INSTITUCIONALIDADE E DINÂMICA SOCIOPOLÍTICA

Coordenadora Paula Lima, engenheira, doutora em Urbanismo
Equipe Andrea Braga Salgueiro, assistente social e pedagoga | Ariella Kreitlon Carolino, socióloga | Elisa Camarote – antropóloga, mestre em Antropologia | Fernanda Toffoli Versolato, turismóloga | Gabriel Silva, estagiário de Gestão Ambiental | Inácio da Silva, filósofo e educador

EQUIPE DE COMUNICAÇÃO

Coordenadora Luci Ayala, socióloga e jornalista, pós-graduada em Sociologia

Equipe Diogo Soares, graduando em Ciências Sociais, técnico em Comunicação | Gabriely Souza de Araújo, estagiária de Comunicação | Renata Alves de Souza, designer e diretora de arte

CONSULTORES TEMÁTICOS E ASSISTENTES TÉCNICOS

Anna Salles Souto, socióloga, consultora em Institucionalidade e Dinâmica Sociopolítica | Carlos Henrique Andrade de Oliveira, arquiteto, assistente técnico em Resíduos Sólidos Urbanos | Christiane Gasparini Araújo Costa, socióloga, consultora em Segurança Alimentar | Daniel Holfling, economista, mestre e doutorando em Desenvolvimento Econômico, consultor em Desenvolvimento Econômico | Elizabeth Grimberg, socióloga, mestre em Sociologia, consultora em Resíduos Sólidos Urbanos | Gilvan Nascimento Jr., estagiário de Economia | Hamilton Faria – poeta, sociólogo, especialista e consultor em Políticas Públicas em Cultura | Helena Faro, pedagoga, consultora em Educação, Ciência e Tecnologia | Jorge Kayano, médico, consultor em Saúde | Júlio Pedrassoli, geógrafo, mestre em Geografia Física, consultor técnico na área de Leitura Técnica Urbanística e Socioambiental | Leandro Moraes, economista, mestre e doutorando em Desenvolvimento Econômico, consultor em Desenvolvimento Econômico | Luís M.M. Borges, economista, mestre em Desenvolvimento Econômico, assistente técnico em Desenvolvimento Econômico | Marcel Fantim, advogado, especialista em Direito Ambiental, mestre em Planejamento Urbano e Regional, doutor em Política e Administração de Recursos Naturais, consultor técnico na área de Leitura Técnica Urbanística e Socioambiental | Maria Judith Magalhães Gomes, engenheira agrônoma, assistente técnica em Segurança Alimentar | Mariana Romão, pedagoga, assistente técnica em Cultura | Mesaque Araújo da Silva, economista, mestrando em Desenvolvimento Econômico, consultor em Desenvolvimento Econômico | Odilon Guedes, economista, consultor temático em Finanças Públicas | Paula Miraglia, antropóloga, consultora em Segurança Pública | Stela da Silva Ferreira, cientista social, mestre e doutoranda em Assistência Social, consultora técnica em Educação, Ciência e Tecnologia | Yumna Abdul Ghani, estagiária em Políticas Públicas

APOIO ADMINISTRATIVO

Dilma Nazário | Gisele Balestra | Maria Aparecida Mendes dos Anjos | Maurício Renan dos Santos

O boletim Litoral Sustentável é uma publicação do Instituto Pólis
Rua Araújo, 124, Centro | CEP 01220-020 | São Paulo SP Brasil
Tel.: 55 11 2174 6800 | Fax: 55 11 2174 6848

Jornalista responsável Luci Ayala
Diretora de arte Renata Alves de Souza
www.litoralsustentavel.org.br
litoralsustentavel@polis.org.br